

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/7077	10825/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - CPE.35.25.DMOSM_Aprovação do conteúdo do Relatório Final de Análise e Ordenação das Propostas.		
Unidade Administrativa		
DOM - UAC [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na presente informação técnica.

Concurso Público: CPE.35.25.DMOSM

Contratação: empreitada de "REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO PÓPULO E VIAS ENVOLVENTES".

Preço base (Pb): €2.604.968,02 (dois milhões seiscentos e quatro mil, novecentos e sessenta e oito euros e dois cêntimos), (Sem IVA);

Prazo máximo de execução da empreitada: 300 (trezentos) dias.

Assunto: Aprovação do conteúdo do Relatório Final de Análise e Ordenação das Propostas.

Proposta:

submete-se para aprovação o Relatório Final de Análise e Ordenação das Propostas, que se anexa.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Relatório Final de Análise e Ordenação das Propostas

I - INTRODUÇÃO E IDENTIFICAÇÃO:

Concurso Público: CPE.35.25.DMOSM

Contratação: empreitada de “REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO PÓPULO E VIAS ENVOLVENTES”.

Preço base (Pb): €2.604.968,02 (dois milhões, seiscentos e quatro mil, novecentos e sessenta e oito euros e dois cêntimos) (Sem IVA);

Prazo máximo de execução da empreitada: 300 (trezentos) dias.

No âmbito do presente procedimento de formação do contrato de empreitada de “REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO PÓPULO E VIAS ENVOLVENTES”, reuniu o júri do procedimento, em 26/02/2025, com o objetivo de proceder à apreciação da pronúncia apresentada em audiência prévia e confirmar ou não, a ordenação final das propostas constantes do relatório preliminar.

Por este meio assegura-se, assim, o cumprimento do disposto no artigo 146.º do *Código dos Contratos Públicos* (doravante *CCP*), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e retificações em vigor.



II – APRECIÇÃO DAS PRONÚNCIAS APRESENTADAS:

Na sequência da elaboração do Relatório Preliminar e da notificação efetuada aos concorrentes ao abrigo do artigo 147.º do *CCP*, veio a concorrente **ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A.**, apresentar pronúncia em sede de audiência prévia (que ora se anexa e para a qual se remete), pugnando pela exclusão da proposta apresentada pela concorrente **CEBRIAL – CONSTRUCTION SERVICES, LDA**.

Cumpre apreciar:

Em termos muito sintéticos, a concorrente ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A. fundamenta a sua pretensão de exclusão da proposta da CEBRIAL em dois argumentos distintos:

- a) Falta de afetação adequada de Técnico de Segurança e Diretor de Obra (incumprimento de requisitos mínimos obrigatórios);
- b) Desrespeito pela obrigação de executar determinados trabalhos na fase final da empreitada, sob pena de exclusão.

Defendendo que o desrespeito evidenciado supra resultará na obrigação legal de exclusão da proposta por força dos princípios da legalidade e da jurisprudência consolidada.

O Júri apreciou separadamente cada um dos fundamentos invocados.

II. a) Da alegada falta de afetação adequada de Técnico de Segurança e Diretor de Obra

A pronúncia apresentada pela concorrente ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A. sustenta que o Plano de Mão-de-Obra apresentado pela CEBRIAL não assegura uma afetação mínima semanal do Técnico de Segurança e não prevê o acompanhamento assíduo do Diretor de Obra durante toda a execução contratual.

Analisada a proposta, verifica-se que o Técnico de Segurança e o Diretor de Obra se encontram devidamente identificados, que a proposta integra Plano de Mão-de-Obra elaborado nos termos do artigo 361.º do *CCP* e que não resulta das peças do procedimento que a mera calendarização agregada ou não distribuída ao longo de todo



o cronograma determine, de forma automática, o incumprimento das exigências contratuais, desde que o concorrente se vincule ao cumprimento dessas obrigações na execução do contrato.

A jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça tem sido unânime em referir que:

“A mera insuficiência do plano de trabalhos apresentado com a proposta para a realização de uma empreitada de obras públicas não viola o n.º 1 do artigo 361.º do CCP, e não constitui um fundamento de exclusão da proposta, (...)” - Cfr. proc. n.º 917/21.9BEPRT, 23/01/2022, relator Cláudio Ramos Monteiro.

Mais recentemente, o douto Tribunal determinou que:

“Verificando-se que o Plano de trabalhos omite a indicação dos equipamentos afetos aos itens Telas Finais e Estaleiro, importa determinar se, apesar dessas deficiências, o mesmo ainda se encontra em condições de desempenhar a função justificativa da respetiva exigência, qual seja a de permitir, em concreto, controlar adequadamente o ritmo e a sequência da execução da empreitada, e os meios nela utilizados. – Cfr. proc. n.º 02401/23.7BEPRT, 13/02/2025, relator Ana Celeste Carvalho.

Pelo exposto, podemos concluir que o plano de mão-de-obra deve ser apreciado segundo um critério material de suficiência funcional, e não com base num formalismo excessivo. O que releva é que o documento permita, nos termos do artigo 361.º do CCP, controlar a sequência, o encadeamento e os prazos das espécies de trabalhos, assegurando ao dono da obra um acompanhamento efetivo da execução da empreitada.

Acresce que a efetiva e concreta afetação de meios humanos à obra apenas se estabiliza, em termos definitivos, após a apresentação e aprovação do Plano de Segurança e Saúde, momento em que são densificados os recursos e as condições de acompanhamento técnico em função do desenvolvimento real da empreitada. O Júri entende, assim, que a indicação dos recursos humanos consta formalmente da proposta e que a eventual insuficiente densificação da respetiva afetação configura matéria atinente à fase de execução contratual, não consubstanciando uma violação inequívoca e objetiva de um termo ou condição cuja inobservância determine, de forma automática e vinculada, a exclusão ao abrigo do artigo 70.º, n.º 2, alínea b), do CCP.

Nestes termos, não assiste razão à concorrente ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A. quanto a este fundamento, improcedendo o pedido de exclusão baseado



na alegada insuficiência de afetação dos recursos humanos referente ao Técnico de Segurança.

II. b) Do incumprimento da obrigação de executar determinados trabalhos na fase final da empreitada

Já no que concerne com o segundo fundamento invocado, importa atender ao disposto nas peças do procedimento, concretamente na Memória Descritiva e Justificativa que contém a metodologia para a realização dos trabalhos, onde se estabelece expressamente que os trabalhos de pavimentação da faixa rodoviária e das travessias pedonais que atravessam a Praça Conde Agrolongo, bem como todos os trabalhos subjacentes, designadamente demolições, fresagens, infraestruturas de águas pluviais e pavimentações, deverão ser executados em último lugar, devendo tal obrigatoriedade ser representada e evidenciada no Plano de Trabalhos, encontrando-se o seu incumprimento expressamente sancionado com a exclusão da proposta.

Analísado o Plano de Trabalhos apresentado pela CEBRIAL, verifica-se que os trabalhos de demolição e fresagem localizados na referida faixa rodoviária se encontram calendarizados para o início da empreitada, que os trabalhos relativos às infraestruturas de águas pluviais nessa zona são executados sensivelmente a meio do prazo contratual e que os trabalhos de pavimentação em cubo serrado na mesma área se encontram previstos para momento anterior à fase final da obra. Da análise objetiva do cronograma resulta, assim, que tais trabalhos não estão previstos para execução em último lugar, nem essa sequenciação se mostra evidenciada nos termos exigidos pelas peças do procedimento.

Estamos, pois, perante um aspeto da execução do contrato expressamente qualificado como vinculativo, integrante do caderno de encargos por força do disposto no artigo 43.º, n.º 1, do CCP, não submetido à concorrência e claramente sancionado com exclusão em caso de incumprimento. Nestes termos, e ao abrigo do disposto no artigo 70.º, n.º 2, alínea b), do CCP, conclui o Júri que a proposta da CEBRIAL viola um termo ou condição imperativo das peças do procedimento, cuja consequência jurídica é a respetiva exclusão, assistindo, por conseguinte, razão à concorrente ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A. quanto a este fundamento.



III – DECISÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO

Face ao exposto, o Júri delibera:

- a) julgar improcedente o fundamento relativo à alegada falta de afetação adequada de Técnico de Segurança e Diretor de Obra;
- b) Julgar procedente o fundamento relativo ao incumprimento da obrigação de executar em último lugar os trabalhos na faixa rodoviária e travessias pedonais da Praça Conde Agrolongo;
- c) Determinar, nos termos do artigo 70.º, n.º 2, alínea b), do CCP, a exclusão da proposta apresentada pela concorrente **CEBRIAL – CONSTRUCTION SERVICES, LDA**.

IV – EXCLUSÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO CONCORRENTE CEBRIAL – CONSTRUCTION SERVICES, LDA

Face ao anteriormente exposto propõe-se, nos termos do artigo 70.º, n.º 2, alínea b) do CCP, a **exclusão da proposta apresentada pela concorrente CEBRIAL – CONSTRUCTION SERVICES, LDA**, por violação de um termo ou condição imperativo das peças do procedimento, em conformidade com o descrito no ponto II.b).

V – CLASSIFICAÇÃO E REORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS

Face ao que foi referido anteriormente, o Júri deliberou por unanimidade alterar o teor e as conclusões do Relatório Preliminar, reordenando as propostas, nos seguintes termos:

POSIÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE	PREÇO	PRAZO DE EXECUÇÃO	PONTUAÇÃO GLOBAL
1.º	ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A.	€2.559.573,88	240 dias	0,42



VI – 2.ª AUDIÊNCIA PRÉVIA

Tendo-se procedido à reordenação dos concorrentes e se o novo ordenamento das propostas aqui formulado merecer a aprovação superior, o júri, em conformidade com o disposto no artigo 148.º, n.º 2, do CCP procederá, seguidamente, à notificação dos concorrentes, para que se pronunciem por escrito sobre o presente relatório, no prazo de cinco dias úteis, ao abrigo do direito de audiência prévia, nos termos do artigo 147.º do CCP.

Para o efeito, serão disponibilizados na plataforma eletrónica da entidade adjudicante os seguintes documentos:

- Relatório Preliminar;
- Pronúncia apresentada em sede de audiência prévia;
- Relatório Final.

2 de março de 2026

O Júri do Procedimento,

Em anexo:

- Relatório Preliminar;
- Pronúncia apresentada em sede de audiência prévia.



EXMOS. MEMBROS DO JÚRI DO PROCEDIMENTO DO CONCURSO PÚBLICO N.º CPE.35.25.DMOSM DESTINADO À FORMAÇÃO DO CONTRATO DE EMPREITADA DE “REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO PÓPULO E VIAS ENVOLVENTES”

Assunto:

Audiência Prévia, 147.º do Código dos Contratos Públicos (“CCP”)

Data:

20/02/2026

ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A. (doravante designada por “impetrante”), concorrente no concurso acima referenciado e nele melhor identificada, notificada que foi do Relatório Preliminar e – salvo o devido e merecido respeito – não concordando com o seu teor, vem, ao abrigo do disposto no artigo 147.º do CCP, exercer o direito de audiência prévia, nos termos e com os fundamentos seguintes:

I – ENQUADRAMENTO:

1. Na sequência da abertura do concurso público para execução do contrato identificado em epígrafe a aqui impetrante apresentou a sua melhor proposta
2. Decorrida a fase procedimental de receção, análise e graduação das propostas o Exmo. Júri, no Relatório Preliminar, propôs a seguinte ordenação das propostas:

CEBRIAL – CONSTRUCTION SERVICES, LDA.	1
ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A.	2

3. A Impetrante não pode, porém, conformar-se com este resultado. E não o faz por mero inconformismo. Fá-lo porque entende, com fundamento, que a proposta apresentada pela Contrainteressada CEBRIAL – CONSTRUCTION SERVICES, LDA. (doravante e de modo abreviado designada por “CI”) enferma de vícios que determinam a sua exclusão obrigatória do procedimento, por violação de regras estabelecidas quer na lei, quer nos documentos concursais.
4. À Entidade Adjudicante e ao Júri compete, antes de mais, um papel de guardiões da legalidade do procedimento. A sua função não se esgota na avaliação técnica e económica das propostas, antes devem assegurar que o concurso decorre em condições de estrita igualdade entre todos os concorrentes, sem que o incumprimento das regras fixadas beneficie quem as desrespeitou em detrimento de quem as acatou.
5. Este ponto é essencial. A fiabilidade do sistema de contratação pública assenta precisamente na certeza de que as regras valem para todos, sem exceção, e de que a entidade adjudicante não relevará o seu incumprimento por razões de conveniência ou de mera preferência económica.



6. *In casu*, para a impetrante que cumpriu escrupulosamente todas as exigências legais, regulamentares e concursais na elaboração da sua proposta não é, pois, indiferente que a proposta da CI seja admitida em violação dessas mesmas exigências. A presente pronúncia visa, precisamente, expor esse incumprimento de forma clara e objetiva, para que o Júri possa, como se impõe, dele retirar as devidas consequências.

A – DA PRONÚNCIA PROPRIAMENTE DITA:

7. A proposta da CI apresenta vícios de tal gravidade que não permitem a sua manutenção no procedimento. Não se trata de questões formais de menor relevo ou de irregularidades sanáveis: trata-se de incumprimentos que a lei e os documentos do concurso expressamente sancionam com exclusão.
8. Por razões de clareza e economia processual, a Impetrante elencará de seguida as faltas de maior gravidade — aquelas que, por si só e individualmente consideradas, determinam a exclusão liminar da proposta da CI.

NESTE PRESSUPOSTO:

9. Com relevo para a presente, o programa de procedimento dispõe o seguinte:

Artigo 12.º

(Documentos que constituem as propostas)

1.- Os concorrentes deverão fazer acompanhar as suas propostas, sob pena de exclusão, dos documentos previstos no artigo 57.º no *Código dos Contratos Públicos*, nomeadamente:

(...)

g) **Programa de trabalhos**, nomeadamente:

- **Plano de trabalhos** (elaborado nos termos do disposto no artigo 361.º do *Código dos Contratos Públicos*, compreendendo, com respeito pelo prazo de execução, a fixação da sequência e dos prazos parciais de execução de cada uma das espécies de trabalho previstas no Caderno de Encargos);

- **Plano de mão de obra** (elaborado nos termos do disposto no artigo 361.º do *Código dos Contratos Públicos*, contendo a especificação dos meios necessários para execução dos trabalhos previstos no caderno de encargos, com respeito pelo prazo de execução, a fixação da sequência e dos prazos parciais de execução de cada uma das espécies de trabalho previstas);

- **Plano de equipamentos** (elaborado nos termos do disposto no artigo 361.º do *Código dos Contratos Públicos*, contendo a especificação dos equipamentos necessários para a execução dos trabalhos previstos no caderno de encargos, com respeito pelo prazo de execução, a fixação da sequência e dos prazos parciais de execução de cada uma das espécies de trabalho previstas);

(...)

i) **Memória Justificativa e Descritiva** do modo de execução da obra, de acordo com o plano de trabalhos.

(...)



10. Por seu turno, o caderno de encargos estabelece o seguinte:

Cláusula 17.^a

(Condições gerais de execução dos trabalhos)

1 - A obra deve ser executada de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o projeto, com o presente caderno de encargos e com as demais condições técnicas contratualmente estipuladas.
(...)

Cláusula 29.^a

(Segurança, higiene e saúde no trabalho)

(...)

3 – Cabe à entidade executante a responsabilidade de **colocar em obra um técnico superior de segurança e saúde no trabalho ou um técnico de segurança e saúde no trabalho**, devidamente habilitado e qualificado, de acordo com o ponto anterior, **com uma afetação semanal mínima em obra entre 5% (2 horas/dia) e 50% (2 dias e meio)** – cabe à entidade executante consultar a informação da coordenação de segurança em projeto onde vem definida a afetação obrigatória.

(...)

Cláusula 37.^a

(Representação do empreiteiro)

1 - Durante a execução do contrato, o empreiteiro é representado por um diretor de obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação diversa no caderno de encargos ou no contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.

(...)

5 - O diretor de obra **acompanha assiduamente** os trabalhos e está presente no local da obra sempre que para tal seja convocado.

(...)

11. O documento “DGE_CSSP_INF-TEC.pdf” anexo ao PSS de projeto estabelece, entre o mais:

O Coordenador de Segurança em Projeto informa que para a empreitada em assunto, a Entidade Executante aquando a execução da obra, tem de colocar em obra um Técnico de Segurança e Saúde no Trabalho ou Técnico de Superior de Segurança e Saúde no Trabalho, com uma afetação semanal mínima de 5 horas, acompanhando sempre a Coordenação de Segurança em Obra (CSO) na visita e reunião de obra, e sempre que seja solicitada a sua presença pela CSO, Gestão do Contrato e Fiscalização.

12. A Memória Descritiva e Justificativa que contém a Metodologia para a realização dos trabalhos (“MET-CONTR_MDJ_R00_signed.pdf”) refere, entre o mais, o seguinte:

2. PRESSUPOSTOS

O prazo para execução da obra é de 300 dias.

No entanto, **os trabalhos de pavimentação da faixa rodoviária e das travessias pedonais (passadeiras) que atravessa a Praça Conde Agrolongo (identificado a vermelho na Fig.1) deverão ser executados em último lugar, incluindo a execução de todos os trabalhos contratuais subjacentes e exigíveis para a correta execução das pavimentações, devendo esta obrigatoriedade ser entendida contratualmente como vinculativa. Esta obrigatoriedade deverá ser representada e evidenciada ao nível do plano de trabalhos sobre pena de exclusão das propostas.**



De forma a reduzir o impacto da intervenção para a circulação viária, a metodologia de organização sequencial dos trabalhos deverá estar de acordo com o esquema apresentado nas peças desenhadas (em anexo), atendendo às seguintes considerações:

(...)

- Os trabalhos deverão ser organizados e executados de tal forma a que sejam finalizados em último lugar aqueles correspondentes à via que atravessa a Praça Conde Agrolongo (identificado a vermelho na Fig.1);

(...)

- Os trabalhos incluídos na metodologia imposta serão todos aqueles que se preveem executar em plena faixa de rodagem incluindo, entre outras, **demolição e/ou fresagem de pavimentos, pavimentação, na rede de águas pluviais**, etc.;

(...)

13. Compulsado o Plano de Mão-de-Obra da CI da mesma resulta, entre o mais, o seguinte:

ID	Task Name	Trabalho	Duração	Início	Conclusão	Detalhes
15	Elaboração e fornecimento dos elementos necessários à elaboração da compilação técnica da obra de acordo com o definido no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro, em suporte informático editável e duas cópias em papel.	5 dias	5 dias	05/10/26	09/10/26	Trabalho
	Diretor de Obra	5 dias		05/10/26	09/10/26	Trabalho
19	Elaboração e fornecimento de elementos desenhados e escritos, suporte informático formato editável, das eventuais alterações introduzidas no projeto de execução no decurso da obra, necessários a produção das telas finais. Estes elementos devem ser compilados.	5 dias	5 dias	05/10/26	09/10/26	Trabalho
	Diretor de Obra	5 dias		05/10/26	09/10/26	Trabalho
20						Trabalho
21	Desenvolvimento, implementação e atualização do Plano de Segurança e Saúde (PSS), nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro, incluindo os meios humanos, materiais e equipamentos.	2 dias	1 dia	02/02/26	02/02/26	Trabalho
	Encarregado	1 dia		02/02/26	02/02/26	Trabalho
	Técnico de segurança	1 dia		02/02/26	02/02/26	Trabalho
22						Trabalho
23	Desenvolvimento e implementação do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD), nos termos do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de Dezembro, com a redação dada pela Lei n.º 52/2021, de 10 de Agosto, incluindo os meios humano	2 dias	1 dia	02/02/26	02/02/26	Trabalho
	Encarregado	1 dia		02/02/26	02/02/26	Trabalho
	Diretor de Obra	1 dia		02/02/26	02/02/26	Trabalho
24						Trabalho
25	Desenvolvimento e implementação do plano de ocupação de via pública e de sinalização temporária de trabalhos a ser validado pelo Dono de Obra, de acordo com projeto elaborado e nos termos do Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de Outubro, dentro e fora	2 dias	1 dia	02/02/26	02/02/26	Trabalho
	Encarregado	1 dia		02/02/26	02/02/26	Trabalho
	Diretor de Obra	1 dia		02/02/26	02/02/26	Trabalho

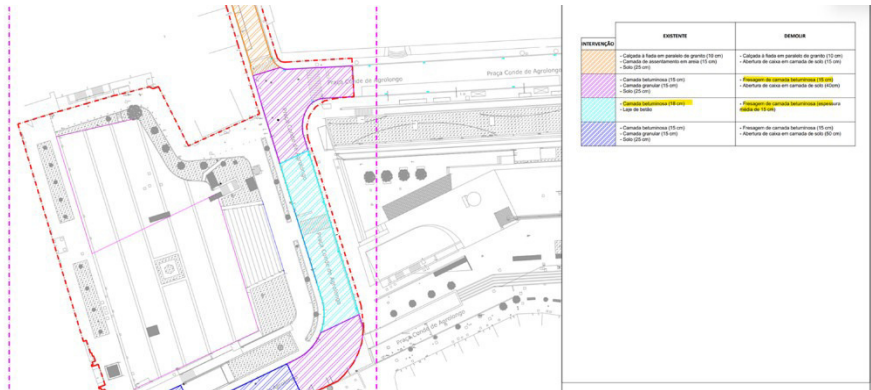
14. A CI apenas prevê a afetar o Diretor de Obra no primeiro dia da empreitada (02-02-2026) e nos últimos cinco dias (05-10-2026 a 09-10-2026). Fora desse período, que corresponde à esmagadora maioria da execução contratual, a proposta é absolutamente omissa quanto à sua afetação;



15. O mesmo se verifica relativamente ao Técnico de Segurança, cuja presença apenas se encontra prevista no primeiro dia da empreitada, sem qualquer indicação de afetação adicional ao longo de um prazo de execução que se estende por aproximadamente oito meses;
16. Do Plano de Trabalhos da CI resulta, entre o mais, o seguinte:

ID	Task Name	Duração	Início	Conclusão	Predecessoras
80	Fresagem de camada betuminosa, em faixa de rodagem, conforme peças escritas e peças desenhadas, incluindo segregação dos resíduos betuminosos, carga, transporte e descarga dos produtos sobrantes e detritos para unidade de valorização de resíduos licenciad	1 dia	09/02/26	09/02/26	
81	Iluma espessura média de 0.15m, em zona fora da laje em betão do parque de estacionamento subterrâneo.	1 dia	09/02/26	09/02/26	55
82					
83	Iluma espessura média de 0.10m, em zona sobre a laje em betão do parque de estacionamento subterrâneo.	1 dia	09/02/26	09/02/26	81II
271	Execução de sumidouros, conforme peças escritas e peças desenhadas, incluindo: fornecimento de grelha e aro em ferro fundido dúctil, antirrobo, da classe D400; impermeabilizações; movimento de terras; carga, transporte e descarga dos produtos sobrantes e	1 dia	14/05/26	14/05/26	265
319	Fornecimento e colocação de tubagem em polipropileno corrugado da série SN-8, rigidez anelar nominal 8 kN/m2, em ramais de ligação de sumidouros, conforme peças escritas e peças desenhadas, incluindo: ensaios de estanquidade; fornecimento de juntas; remat	1 dia	25/05/26	25/05/26	
320	DII 200mm.	1 dia	25/05/26	25/05/26	317
321					
322	DII 300mm.	1 dia	25/05/26	25/05/26	320II
385	Fornecimento e assentamento de calçada à fiada, executada em régua de granito cinza e azul da região, serrado em todas as faces e com acabamento superficial bujardado a pico fco na face superior, com dimensão 25x75x15cm, na faixa de rodagem junto à esca	5 dias	04/06/26	10/06/26	377II

17. A espécie de trabalho prevista no ID 83 corresponde ao artigo 2.13.2 do Mapa de Quantidades e Trabalhos ("MQT"), e localiza-se na faixa rodoviária e na travessia pedonal que atravessa a Praça Conde Agrolongo. A CI vincula-se à sua execução em 09-02-2026, isto é, 7 dias após o início da empreitada:



- [illegible]

- B – DA EXCLUSÃO DA PROPOSTA DA CI:**

- Código Validação: 9AZAJEJ4RZCR6XC9R6RW4AD7Y
Verificação: <https://braga.balcaoeletronico.pt/>
Documento assinado eletronicamente na plataforma esP



23. Segundo tal parâmetro normativo, a Administração Pública – onde a Entidade Adjudicante inequivocamente se insere – não pode atuar sem lei, nem contra a lei.
24. Ora, ao admitir a proposta apresentada pela CI, a violação do princípio da legalidade mostra-se patente e incontornável, porquanto a mesma não cumpre exigências expressas e imperativas das peças patenteadas a concurso. Não se trata, sequer, de omissões cuja consequência jurídica dependa de interpretação: algumas dessas exigências encontram-se expressamente sancionadas com a exclusão pelas próprias peças do procedimento, não deixando margem de apreciação à Entidade Adjudicante quanto à consequência do seu incumprimento.
25. Antes de se enunciarem as omissões e violações patentes na proposta da CI, importa recordar o enquadramento normativo aplicável. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 56.º do CCP, a proposta constitui a declaração negocial através da qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e define o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
26. Trata-se, pois, de um ato jurídico inserido no procedimento de formação de contrato público mediante o qual os interessados assumem a intenção de celebrar o contrato objeto desse procedimento, vinculando-se, nessa qualidade de concorrentes (cfr. artigo 53.º do CCP), a cumpri-lo em estrita conformidade com as exigências e condições fixadas pela entidade adjudicante nas peças procedimentais.
27. O Supremo Tribunal Administrativo, em Acórdão de 13 de fevereiro de 2025 (Proc. 02401/23.7BEPRT), sintetizou esta matéria de forma particularmente clara:

“Devendo a proposta dar pontual cumprimento ao que tiver sido exigido nas peças do procedimento, o seu respetivo conteúdo é determinado pela vontade manifestada pela entidade adjudicante e pelo que haja sido previsto como aspetos de execução do contrato, seja quanto aos seus atributos [elementos da proposta que, à luz do critério de adjudicação e modelo de avaliação definidos no programa do procedimento, irão ser submetidos à concorrência ou alvo da avaliação, para efeitos de escolha da melhor proposta – artigos 42.º, n.ºs 3 e 4, 56.º, n.ºs 1 e 2, 57.º, n.º 1, al. b) e 70.º, n.ºs 1 e 2, als. a) e b), do CCP], seja quanto aos termos ou condições [elementos da proposta relativos a aspetos da execução do contrato inseridos nas peças do procedimento, mormente em cláusulas do Caderno de Encargos, não submetidos à concorrência e que a entidade adjudicante pretende que os concorrentes se vinculem – artigos 42.º, n.º 5, 57.º, n.º 1, al. c) e 70.º, n.ºs 1 e 2, als. a) e b), do CCP].”

28. Conforme resulta da matéria de facto supra exposta e das disposições regulamentares e contratuais transcritas, as peças do procedimento exigiam que os concorrentes previssem afetar à empreitada, entre o mais, os seguintes recursos humanos mínimos:
- Um Técnico de Segurança com uma afetação semanal mínima em obra entre 5% (2 horas/dia) e 50% (2 dias e meio);
 - Um Diretor de Obra que acompanhe assiduamente os trabalhos.



29. Ou seja, para além da obrigatoriedade legal decorrente do artigo 361.º do CCP – que impõe a indicação dos meios humanos e equipamentos afetos à execução de cada espécie de trabalho – , in casu as peças patenteadas estabeleciam exigências adicionais e específicas: a afetação de técnicos determinados por períodos mínimos expressamente quantificados.
30. Estas exigências são claras, precisas e unívocas. Não deixam margem para interpretação nem admitem cumprimento parcial. Configuram a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência, aos quais a entidade adjudicante pretendeu que os concorrentes se vinculassem.
31. Não obstante a clareza das exigências supra descritas, a CI optou por ignorá-las/violá-las.
32. No caso específico do Técnico responsável pelo cumprimento do Plano de Segurança e Saúde, as peças do procedimento exigiam uma afetação semanal mínima em obra entre 5% (2 horas/dia) e 50% (2 dias e meio), conforme a fase da empreitada. Tal afetação constituía aspeto da execução do contrato não submetido à concorrência.
33. Ora, a CI limitou-se a prever a afetação deste técnico num único dia dos 250 dias propostos para execução do contrato. É por demais evidente a desconformidade: onde as peças exigiam uma presença semanal mínima de 5% (2 horas/dia) e 50% (2 dias e meio), a CI propõe uma presença pontual de 1 dia em todo o período contratual.
34. Não se trata de um desvio marginal ou de uma questão interpretativa. Trata-se de uma violação frontal e insanável de um aspeto da execução do contrato não submetido à concorrência.
35. A consequência desta violação encontra-se expressamente prevista na lei. Nos termos do artigo 70.º, n.º 2, alínea b), do CCP, devem ser excluídas as propostas que *“que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência”*.
36. A este propósito extrai-se do Acórdão do STA de 18-09-2019, Proc. 02178/18.8BEPRT:

Assim, se for constatada a não apresentação/inclusão na proposta de algum termo ou condição exigido ou a **inclusão de algum termo ou condição violador de aspeto da execução do contrato a celebrar inscrito em peça procedimental**, mormente no caderno de encargos, **isso deve conduzir à sua exclusão**, sabido que é através do procedimento de contratação pública que se visa escolher um cocontratante e uma proposta que, nas condições económicas e financeiras definidas como adequadas pela entidade adjudicante, satisfaça as necessidades públicas

(...) **se a entidade adjudicante fez constar dos respetivos PC ou CE a obrigatoriedade das propostas conterem determinados termos ou condições não submetidos à concorrência relativos à execução do contrato foi porque os considerou decisivos para a boa execução deste (...)** não faz sentido admitir-se ao concurso uma proposta que viole essa prescrição ...», sendo



que é «para evitar a possibilidade de ocorrência de uma situação dessa natureza que a lei obriga a que a proposta contenha “os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule” (al. c) do n.º 1 do art. 57.º do CCP ...), obrigatoriedade que faz todo o sentido já que **só dessa forma a entidade adjudicante pode conhecer a real valia da proposta e está em condições de exigir que o contrato seja executado de acordo com o previamente fixado**», pois, se «assim não fosse, aquela entidade ficaria impossibilitada de controlar a correta execução do contrato na medida em que, perante ausência de regras claras, o adjudicatário executá-lo-ia da forma que melhor conviesse aos seus interesses o que, certamente, conduziria, a conflitos cuja resolução pacífica seria difícil», para além de que «a referida omissão não pode ser resolvida com recurso ao disposto no art. 72.º do CCP uma vez que os pedidos de esclarecimentos só podem ser solicitados quando haja incompreensão dos termos da proposta e não quando haja omissão dos elementos que dela deviam, obrigatoriamente, constar e não constam»”.

37. A conclusão é, pois, inevitável: ao prever a afetação do Técnico de Segurança em apenas um dia dos 250 propostos – quando as peças exigiam uma afetação semanal mínima –, a CI apresentou termos ou condições que violam aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos.
38. Esta violação, por ser insanável, determina a exclusão obrigatória da proposta da CI, nos termos do artigo 70.º, n.º 2, alínea b), do CCP – o que expressamente se invoca para os devidos e legais efeitos.
39. Sem prescindir do exposto, importa evidenciar um segundo fundamento de exclusão, este ainda mais flagrante por estar expressamente sancionado com a exclusão nas próprias peças do procedimento.
40. Conforme resulta da matéria de facto supra, os trabalhos de pavimentação da faixa rodoviária e das travessias pedonais que atravessam a Praça Conde Agrolongo tinham de ser executados em último lugar, incluindo todos os trabalhos contratuais subjacentes e exigíveis para a correta execução das pavimentações (demolição e/ou fresagem de pavimentos, pavimentação, rede de águas pluviais, etc.).
41. Mais: os concorrentes estavam expressamente vinculados, sob pena de exclusão, a evidenciar o cumprimento deste aspeto da execução do contrato no plano de trabalhos.
42. As disposições do Caderno de Encargos são, nesta matéria, de uma clareza meridiana. Transcreve-se:

2. PRESSUPOSTOS

O prazo para execução da obra é de 300 dias.



No entanto, os trabalhos de pavimentação da faixa rodoviária e das travessias pedonais (passadeiras) que atravessa a Praça Conde Agrolongo (identificado a vermelho na Fig.1) deverão ser executados em último lugar, incluindo a execução de todos os trabalhos contratuais subjacentes e exigíveis para a correta execução das pavimentações, devendo esta obrigatoriedade ser entendida contratualmente como **vinculativa**. **Esta obrigatoriedade deverá ser representada e evidenciada ao nível do plano de trabalhos sobre pena de exclusão das propostas.**

De forma a reduzir o impacto da intervenção para a circulação viária, a metodologia de organização sequencial dos trabalhos deverá estar de acordo com o esquema apresentado nas peças desenhadas (em anexo), atendendo às seguintes considerações:

(...)

- Os trabalhos deverão ser organizados e executados de tal forma a que sejam finalizados em último lugar aqueles correspondentes à via que atravessa a Praça Conde Agrolongo (identificado a vermelho na Fig.1);

(...)

- Os trabalhos incluídos na metodologia imposta serão todos aqueles que se preveem executar em plena faixa de rodagem incluindo, entre outras, **demolição e/ou fresagem de pavimentos, pavimentação, na rede de águas pluviais**, etc.;

(...)

43. Relativamente a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência que constem das cláusulas técnicas do Caderno de Encargos a obrigatoriedade de consideração dos mesmos nas propostas encontra-se já estabilizada na jurisprudência do Supremo Tribunal Administrativo (Proc. n.º 076/20.4BEMDL, de 22-04-2021), no sentido de que “(...) basta que resulte das **condições técnicas do caderno de encargos** que os mesmos [termos ou condições] se apresentavam como relevantes para a boa execução do contrato adjudicado para que resulte essa vinculação.”.

44. Sobre este assunto, também o Tribunal Central Administrativo Sul (Proc. n.º 167/20.1BEFUN, de 20-05-2021) decidiu que:

“Importa assumir que o vertido nas **Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos** se traduz num termo ou condição da proposta a apresentar, que redunde em determinados aspetos que deixam de estar submetidos à concorrência, razão por que não são objeto de avaliação, isto é, de avaliação comparativa das propostas segundo o critério de adjudicação.

Trata-se de um requisito exigido nas peças do procedimento e que, como tal, deve constar da proposta apresentada, ou seja, um elemento integrante da proposta.

Extraí-se do teor das Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos um conjunto de vinculações para os concorrentes, que os mesmos têm de cumprir e respeitar aquando a apresentação da proposta, sendo essas vinculações respeitantes a aspetos da execução do contrato, embora não submetidos à concorrência, por não integrarem o critério de adjudicação e seu fator e subfactores de avaliação.

A exigência colocada no Caderno de Encargos sendo qualificada como um termo ou condição, refere-se a um aspeto da execução do contrato não submetido à concorrência que a entidade



adjudicante pretende que os concorrentes se vinculem, ou seja, um aspeto da execução do contrato que se impõe de modo imperativo a todos os interessados em contratar.

A Administração definiu nas **Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos as condições a que está disposta a contratar, por corresponderem a aspetos essenciais para a correta prossecução do interesse público subjacente à decisão de contratar.**

Donde, estar em causa um requisito que é imposto e definido pela própria entidade adjudicante e a que não está disponível para renunciar, razão porque se trata de aspeto respeitante à execução do contrato não submetido à concorrência.

Por isso, comprovando-se que a proposta apresentada não respeita tal aspeto vinculativo das peças do procedimento, não se poderá concluir pela possibilidade de correção, aperfeiçoamento ou sanção, porque tal se traduziria numa alteração do conteúdo da proposta e num desrespeito às vinculações previamente estabelecidas nas peças do procedimento.”

45. Ou seja, dúvidas não podem subsistir quanto à vinculação dos concorrentes aos aspetos da execução do contrato constantes das Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos.
46. De resto, se é evidente que a entidade adjudicante só decide celebrar um contrato quando identifica uma necessidade de interesse público que reclama a celebração de um contrato com um operador económico, é justamente no “projeto de contrato” constante do caderno de encargos que, para além de esclarecer quais as necessidades que pretende ver satisfeitas, estabelece quais os termos e condições contratuais cujo respeito é exigido para esse efeito.
47. Pelo que, uma vez plasmado o interesse público nas cláusulas contratuais do caderno de encargos, caso a entidade adjudicante decida adjudicar uma proposta que com elas se não conforma, tal significa que abdica de prosseguir o fim que determinou a necessidade de celebração do contrato e a abertura do concurso.
48. Neste conspecto, por forma a prosseguir o fim que determinou a necessidade de celebração do contrato e a abertura do concurso, é apenas de entre as propostas que satisfazem os termos e condições constantes do caderno de encargos que será selecionada aquela que se mostrar como a proposta mais vantajosa à luz do critério de adjudicação.
49. Sendo que, qualquer proposta que desrespeite um único termo ou condição previsto no caderno de encargos tem de ser excluída.
50. Tanto mais que, *in casu*, a exigência vertida nas peças do procedimento reúne três características que a tornam absolutamente imperativa:
 - a) É **expressa**: encontra-se textualmente prevista;
 - b) É **vinculativa**: as próprias peças do procedimento qualificam-na como tal (“**devendo esta obrigatoriedade ser entendida contratualmente como vinculativa**”);



- c) É **sancionada com exclusão**: a consequência do seu incumprimento está expressamente prevista (“Esta obrigatoriedade deverá ser representada e evidenciada ao nível do plano de trabalhos sobre pena de exclusão das propostas”).

51. Não se trata, pois, de uma mera recomendação ou orientação. Trata-se de um aspeto da execução do contrato não submetido à concorrência, cuja observância a Entidade Adjudicante considerou de tal modo essencial que fez questão de a sancionar expressamente com a consequência mais gravosa prevista na lei: a exclusão.
52. A *ratio* desta exigência é, aliás, facilmente compreensível: a Entidade Adjudicante pretendeu assegurar que a intervenção na faixa de rodagem que atravessa a Praça Conde Agrolongo – com o inerente impacto na circulação viária – ocorresse apenas na fase final da empreitada, minimizando assim a perturbação para o trânsito e para os munícipes. Trata-se de uma opção de gestão do interesse público que a Entidade Adjudicante tinha legitimidade para impor e que os concorrentes tinham obrigação de respeitar.
53. Conforme já referido supra, a demonstração da violação resulta da simples análise do Plano de Trabalhos apresentado pela CI. Vejamos, com o necessário detalhe, os elementos que evidenciam o incumprimento frontal da exigência de sequenciamento.

Senão vejamos,

- a) Trabalhos de demolição/fresagem de pavimentos (ID 83 – artigo 2.13.2 do MQT)
54. A espécie de trabalho prevista no ID 83 corresponde ao artigo 2.13.2 do Mapa de Quantidades e Trabalhos e localiza-se na faixa rodoviária e na travessia pedonal que atravessa a Praça Conde Agrolongo.
55. A CI vincula-se à sua execução em 09 de fevereiro de 2026, isto é, 7 dias após o início da empreitada.
56. Não se trata, pois, de executar estes trabalhos “em último lugar”, mas sim logo no início da empreitada – em manifesta violação da exigência expressa do Caderno de Encargos.

- b) Infraestruturas de águas pluviais (IDs 271, 320 e 321 – artigos 7.2.1 e 7.2.14.1 do MQT)

57. No que respeita às infraestruturas de águas pluviais, os trabalhos de:
- Execução de sumidouros (ID 271 – artigo 7.2.1 do MQT);
 - Execução de ramais (ID 320 – artigo 7.2.14.1 do MQT); e
 - Fornecimento e assentamento de tubagem PP corrugado DN300 (ID 321 – artigo 7.2.14.1 do MQT)



são trabalhos que têm quantidades a executar na faixa rodoviária e nas travessias pedonais que atravessam a Praça Conde Agrolongo.

58. A CI vincula-se a executar a totalidade destas quantidades de 14 de maio de 2026 a 27 de maio de 2026.

59. Ora, num prazo de execução de 250 dias (aproximadamente 8 meses), a execução destes trabalhos sensivelmente a meio da empreitada não corresponde, por qualquer critério, à sua execução “em último lugar”.

c) Pavimentação em cubo serrado (ID 385 – artigo 8.21 do MQT)

60. A espécie de trabalho prevista no ID 385 corresponde ao artigo 8.21 do MQT (pavimentação em cubo serrado) e é integralmente executada na faixa de rodagem que atravessa a Praça Conde Agrolongo.

61. A CI vincula-se a executar estes trabalhos de 4 de junho de 2026 a 10 de junho de 2026.

62. Também aqui, a calendarização proposta não corresponde à fase final da empreitada (prevista ocorrer em outubro de 2026), violando frontalmente a exigência do Caderno de Encargos.

63. A análise é concludente: nenhum dos trabalhos abrangidos pela exigência do Caderno de Encargos se encontra calendarizado para a fase final da empreitada. Pelo contrário.

64. Face ao exposto, é indesmentível que o Plano de Trabalhos apresentado pela CI não representa nem evidencia o cumprimento da obrigatoriedade de executar em último lugar os trabalhos na faixa rodoviária e travessias pedonais da Praça Conde Agrolongo.

65. Estando o incumprimento desta exigência expressamente sancionado com exclusão pelas peças do procedimento, a consequência é automática e vinculada: a proposta da CI deve ser excluída, nos termos do ponto 2 (“Pressupostos”) do Caderno de Encargos (Memória Descritiva e Justificativa que contém a Metodologia para a realização dos trabalhos), conjugado com o artigo 70.º, n.º 2, alínea b), do CCP.

66. A Entidade Adjudicante não dispõe de margem de apreciação para dispensar esta consequência. Admitir a proposta da CI equivaleria a desconsiderar uma exigência que a própria Entidade Adjudicante qualificou como vinculativa e sancionou com exclusão – em violação dos princípios da legalidade, da igualdade e da concorrência

67. Se as disposições legais aplicáveis são, em si, claras, precisas e unívocas, jurisprudência que vem sendo produzida pelos tribunais portugueses e pelo TJUE sobre a obrigatoriedade de exclusão dos operadores económicos que não respeitem obrigações, previstas nos documentos do



concurso, de juntar à sua proposta, sob pena de exclusão, documentos ou informações não deixa margem para quaisquer dúvidas.

68. Daí resultando que incumbe às entidades adjudicantes observarem estritamente os critérios que elas próprias fixaram, ficando obrigadas a excluir do concurso um operador económico que não tenha comunicado um documento ou uma informação, cuja apresentação fosse imposta pelos documentos desse concurso, sob pena de exclusão.
69. Sobre esta obrigatoriedade, a jurisprudência do TJUE é vasta, consistente e inequívoca. Destacam-se os seguintes arestos:

Acórdão “Manova A/S” C-336/12:

39 Assim, a entidade adjudicante pode pedir que os dados que constam de tal dossiê sejam pontualmente corrigidos ou completados, desde que esse pedido se refira a elementos ou dados, como o balanço publicado, cuja anterioridade relativamente ao termo do prazo fixado para apresentar a candidatura seja objetivamente averiguável.

40 No entanto, há que especificar que não aconteceria o mesmo se os documentos do contrato impusessem a comunicação do documento ou da informação que falta sob pena de exclusão. Com efeito, cabe à entidade adjudicante observar estritamente os critérios que ela própria fixou (v., neste sentido, acórdão de 29 de abril de 2004, Comissão/CAS Succhi di Frutta, C-496/99 P, Colet., p. I-3801, n.º 115).

Acórdão “Cartiera dell’Adda SpA” C-42/13:

42 Ora, o Tribunal de Justiça já declarou que incumbe à entidade adjudicante observar estritamente os critérios que ela própria fixou, pelo que estaria obrigada a excluir do concurso um operador económico que não tenha comunicado um documento ou uma informação, cuja apresentação fosse imposta pelos documentos desse concurso, sob pena de exclusão (v., neste sentido, acórdão Manova, C-336/12, EU:C:2013:647, n.º 40).

43 Esta obrigação estrita que incumbe às entidades adjudicantes enquadra-se no princípio da igualdade de tratamento e no dever de transparência que dele decorre, que se aplicam a estas últimas nos termos do artigo 2.º da Diretiva 2004/18.

44 Com efeito, por um lado, o princípio da igualdade de tratamento impõe que os proponentes disponham das mesmas oportunidades na formulação dos termos das suas propostas e implica portanto que estas propostas estejam sujeitas às mesmas condições para todos os proponentes. Por outro lado, o dever de transparência tem por finalidade garantir a inexistência de risco de favoritismo e de arbitrariedade por parte da entidade adjudicante. Implica que todas as condições e modalidades do processo de adjudicação sejam formuladas de forma clara, precisa e unívoca, no anúncio de concurso ou no caderno de encargos, de forma, em primeiro lugar, a permitir a todos os proponentes razoavelmente informados e normalmente diligentes compreenderem o seu alcance exato e interpretá-las da mesma maneira e, em segundo lugar, a possibilitar à entidade adjudicante verificar efetivamente se as propostas dos proponentes correspondem aos critérios por que se rege o concurso em causa (v., neste sentido, acórdão Comissão/CAS Succhi di Frutta, C-496/99 P, EU:C:2004:236, n.ºs 108 a 111).



45 Consequentemente, nas circunstâncias do litígio no processo principal, o artigo 45.º da Diretiva 2004/18, em conjugação com o respetivo artigo 2.º, não se opõe à exclusão de um proponente com fundamento no facto de este não ter juntado à sua proposta uma declaração substitutiva relativa à pessoa designada como diretor técnico nessa proposta. Em especial, na medida em que a entidade adjudicante considera que essa omissão não constitui uma irregularidade meramente formal, não pode permitir a este proponente que colmate posteriormente tal omissão, seja de que forma for, após a expiração do prazo concedido para a apresentação das propostas.

46 De resto, nestas circunstâncias, o artigo 51.º da referida diretiva, que estabelece que a entidade adjudicante pode convidar os operadores económicos a complementar ou a explicitar os certificados e documentos apresentados em aplicação dos respetivos artigos 45.º a 50.º, não pode ser interpretado como permitindo àquela aceitar quaisquer retificações às omissões que, segundo as disposições expressas dos documentos do concurso, devem conduzir à sua exclusão.

Acórdão “Pippo Pizzo”, C-27/15:

39 Além disso, em conformidade com a jurisprudência constante do Tribunal de Justiça, nos termos do artigo 2.º da Diretiva 2004/18, incumbe à entidade adjudicante observar estritamente os critérios que ela própria fixou (v., nomeadamente, acórdãos de 10 de outubro de 2013, Manova, C-336/12, EU:C:2013:647, n.º 40, e de 6 de novembro de 2014, Cartiera dell’Adda, C-42/13, EU:C:2014:2345, n.ºs 42 e 43).

(...)

42 Ora, como foi recordado no n.º 39 do presente acórdão, a entidade adjudicante é obrigada a observar estritamente os critérios que ela própria fixou. Esta consideração ainda é mais válida porque está em jogo a exclusão do processo.

(...)

44 O referido artigo 27.º não pode ser interpretado no sentido de que permite às entidades adjudicantes derrogar a obrigação estrita de observar estritamente os critérios que elas próprias fixaram, tendo em conta o princípio da igualdade de tratamento e da obrigação de transparência, que constitui o seu corolário, aos quais as entidades adjudicantes estão sujeitas por força do artigo 2.º da Diretiva 2004/18.

(...)

49 Segundo o acórdão do Tribunal de Justiça de 6 de novembro de 2014, Cartiera dell’Adda (C-42/13, EU:C:2014:2345, n.º 46), a entidade adjudicante não pode aceitar quaisquer retificações às omissões que, segundo as disposições expressas dos documentos do concurso, devem conduzir à exclusão do proponente. Nesse processo, o Tribunal de Justiça sublinhou, no n.º 48 desse acórdão, que a obrigação que estava em causa era claramente imposta nos documentos relativos a esse concurso, sob pena de exclusão.

Acórdão “MA.T.I. SUD SpA” C-523/16 e C-536-16:

49 Importa igualmente recordar que o artigo 51.º da Diretiva 2004/18 não pode ser interpretado como permitindo à entidade adjudicante aceitar quaisquer retificações às omissões que, segundo as disposições expressas dos documentos do concurso, devem conduzir à exclusão do



proponente (Acórdãos de 6 de novembro de 2014, *Cartiera dell'Adda*, C-42/13, EU:C:2014:2345, n.º 46, e de 10 de novembro de 2016, *Ciclat*, C-199/15, EU:C:2016:853, n.º 30).

50 Em segundo lugar, ainda que a Diretiva 2004/17 não contenha uma disposição equivalente ao artigo 51.º da Diretiva 2004/18, o Tribunal de Justiça declarou que nenhuma destas duas diretivas se opõe a que os dados relativos à proposta de um concorrente possam ser corrigidos ou completados pontualmente, no caso de necessitarem obviamente de uma clarificação, ou para se eliminar erros materiais manifestos, desde que seja respeitado um determinado número de exigências (Acórdãos de 29 de março de 2012, *SAG ELV Slovensko e o.*, C-599/10, EU:C:2012:191, n.º 40, e de 11 de maio de 2017, *Archus e Gama*, C-131/16, EU:C:2017:358, n.º 29 e jurisprudência referida).

51 O Tribunal de Justiça decidiu assim, nomeadamente, que um pedido de clarificação não pode suprir a falta de um documento ou de uma informação cuja comunicação era requerida pelos documentos do concurso, estando a entidade adjudicante obrigada a observar estritamente os critérios que ela própria fixou (v., neste sentido, Acórdãos de 10 de outubro de 2013, *Manova*, C-336/12, EU:C:2013:647, n.º 40, e de 11 de maio de 2017, *Archus e Gama*, C-131/16, EU:C:2017:358, n.º 33)."

Acórdão “Archus e Gama” C-131/16:

33 Todavia, um pedido de clarificação não pode suprir a falta de um documento ou de uma informação cuja comunicação era requerida pelos documentos do concurso, estando a entidade adjudicante obrigada a observar estritamente os critérios que ela própria fixou (v., neste sentido, acórdão de 10 de outubro de 2013, *Manova*, C-336/12, EU:C:2013:647, n.º 40).

Acórdão “Klaipėdos Regiono Atliekų Tvarkymo Centras” C-927/19:

93 Como resulta de jurisprudência constante relativa à interpretação das disposições da Diretiva 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março de 2004, relativa à coordenação dos processos de adjudicação dos contratos de empreitada de obras públicas, dos contratos públicos de fornecimento e dos contratos públicos de serviços (JO 2004, L 134, p. 114), baseada nomeadamente no princípio da igualdade de tratamento e que há que aplicar por analogia no contexto do referido artigo 56.º, n.º 3, um pedido de clarificação apresentado a um operador económico ao abrigo dessa disposição não pode, no entanto, sanar a falta de um documento ou de uma informação cuja comunicação era exigida pelos documentos do concurso, sendo a entidade adjudicante obrigada a observar estritamente os critérios que ela própria fixou. Com efeito, esse pedido não pode conduzir à apresentação, por um proponente em causa, do que se revelaria, na realidade, ser uma nova proposta (v., por analogia, Acórdãos de 29 de março de 2012, *SAG ELV Slovensko e o.*, C-599/10, EU:C:2012:191, n.º 40; de 10 de outubro de 2013, *Manova*, C-336/12, EU:C:2013:647, n.ºs 36 e 40; e de 28 de fevereiro de 2018, *MA.T.I. SUD e Duemme SGR*, C-523/16 e C-536/16, EU:C:2018:122, n.ºs 51 e 52).

70. Da jurisprudência supra transcrita resulta, de forma inequívoca e consolidada, que incumbe à entidade adjudicante observar estritamente as regras que ela própria fixa nas peças do procedimento, ficando impedida de aceitar quaisquer retificações às omissões que, segundo as disposições expressas das peças do procedimento, são sancionadas com a exclusão do proponente.



71. Nessa medida, tendo a Entidade Adjudicante exigido expressamente nas peças do procedimento que os trabalhos de pavimentação da faixa rodoviária e das travessias pedonais que atravessam a Praça Conde Agrolongo fossem executados em último lugar – e que os concorrentes estavam vinculados, sob pena de exclusão, a evidenciar o cumprimento deste aspeto no respetivo plano de trabalhos –, a consequência é inequívoca: têm de ser excluídos os operadores económicos que não respeitem esta imposição.
72. A CI não respeitou. A sua proposta deve, pois, ser excluída – o que se invoca e requer para os devidos e legais efeitos.
73. Sem necessidade de nos alongarmos mais, entende a impetrante que terão de ser alteradas as conclusões do Relatório Preliminar, daí resultando a exclusão liminar da proposta da **CI** com a consequente alteração da graduação das propostas e a adjudicação à impetrante.

Pelo que, nos termos supra expostos e nos demais que V.^{as} Ex.^{as} doutamente suprirão, deve dar-se provimento à presente exposição e em consequência:

- ✓ Excluir-se a proposta da Contrainteressada CEBRIAL – CONSTRUCTION SERVICES, LDA. nos termos e com os fundamentos expendidos na presente;
- ✓ Proceder a nova ordenação de propostas, ordenando-se a proposta da concorrente ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A. em 1.º lugar, tudo com as legais consequências.

P. e E.D.,
A impetrante,

